



“País envolvido em corrupção e teia de tráfico de influências”

PSD teve a reação mais dura. PS, PCP pedem responsabilidades. CDS-PP critica passividade

AUDITORIA O PSD acusou o Governo de esconder uma auditoria que contém informações que confirmam que o país “foi maltratado por uma teia de abuso de poder”. Em causa estão as informações reveladas pela ex-deputada do BE, Joana Amaral Dias, sobre a auditoria feita à Caixa Geral de Depósitos (CGD) relativa ao período de 2000-2015.

De acordo com as declarações feitas ao JN por António Leitão Amaro, deputado social-democrata, “é lamentável que partes desta auditoria tenham sido reveladas da forma que foram”, assegurando que não pretende questionar quem o revelou. “O que eu questiono é o Governo”, disse. “Estavam com medo que alguma coisa se soubesse e começa-se a perceber porquê”.

Para Leitão Amaro, as informações reveladas justificam a indignação dos portugueses e deixam claro que o país foi, “em particular na década passada, muito maltratado”. Afirmar ainda que Portugal esteve no seio de uma “teia de tráfico de influências, até mesmo de corrupção que envolveu alguns agentes económicos, incluindo gestores do banco público”.

PS E A FUGA DE INFORMAÇÃO Do lado do PS, que reprova “a fuga de informação por parte de uma das quatro entidades que detêm o relatório” (o Banco de Portugal, a consultora, a CGD e a Procuradoria-Geral da República), as responsabilidades devem ser exigidas aos decisores que atribuíram os créditos de risco. “A serem verdade [as notícias], exige-se responsabilidades aos administradores e gestores desse tempo, que concederam créditos contra a direção de crédito da CGD. Créditos incumpridos e que

geraram imparidades na caixa”, admitiu João Paulo Correia, deputado do PS.

Também o PCP insistiu na “necessidade de apurar responsabilidades pessoais, mas também políticas”. Para Jorge Pires, membro do Comité Central do PCP, “ao longo destes anos, a CGD virou-se para os grandes negócios e para o apoio aos grandes grupos económicos, sem a salvaguarda de condições que garantissem o retorno desses empréstimos”, obrigando o Estado a recapitalizar a CGD.

“Recapitalização essa de mais de três mil milhões de euros”, adiantou Jorge Pires, sublinhando que a culpa política tem de ser assumida, uma vez que “alguns daqueles que se manifestaram contra o reforço de capital são alguns daqueles que passaram pela gestão da CGD e que têm grandes responsabilidades naquilo que aconteceu ou então estiveram no Governo e foram ministros das Finanças”.

“GOVERNO PASSIVO”

No que a esta matéria diz respeito, o CDS-PP (que agendou para amanhã um debate de atualidade com o Governo para “clarificar o que está em causa e a responsabilidade”) revelou que sempre questionou as tutelas da CGD que tiveram estes comportamentos. “Apoiámos o recurso aos tribunais quando houve dúvidas se o Parlamento conhecia ou não estas informações”, disse João Almeida.

Para o deputado do CDS, o Governo tem sido muito passivo em relação a esta matéria e resistiu a pedir auditoria. “Agora diz que não a conhece ou que não quer conhecer e nós [CDS] entendemos que o Governo deve ter uma atuação mais forte”, acrescentou. ● A.S.F.